



Jornal do Senado

www.senado.leg.br/jornal

Ano XXV — Nº 5.137 — Brasília, quinta-feira, 27 de junho de 2019



Senado aprova as 10 medidas contra a corrupção

Além das medidas previstas no projeto de iniciativa popular, como a definição do crime de caixa dois, o texto aprovado inclui punição para abuso de autoridade por parte de juízes, promotores e procuradores

O Plenário aprovou ontem o projeto de lei de iniciativa popular conhecido como Dez Medidas contra a Corrupção. O texto retorna agora à Câmara dos Deputados.

O relator, senador Rodrigo Pacheco, fez várias mudanças no projeto aprovado pelos deputados. O abuso de autoridade está previsto em apenas dois artigos, que, mesmo assim, geraram polêmica em Plenário.

Alguns senadores consideraram os artigos uma desvirtuação da intenção original do projeto e uma tentativa de intimidar a Justiça. Já outros destacaram que os profissionais corretos não terão nada a temer, pois serão julgados por seus pares.

Para o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, o relatório de Rodrigo Pacheco foi brilhante e reflete o consenso construído entre os líderes partidários. 4 e 5



Marcos Oliveira/Agência Senado

Davi Alcolumbre destaca o consenso entre as lideranças que permitiu a votação

Agência Brasileira de Inteligência terá novo nome na diretoria-geral

A Agência Brasileira de Inteligência vai ter um novo diretor-geral. Trata-se do delegado da Polícia Federal Alexandre Ramagem Rodrigues.

Ele afirmou, em sabatina, que, apesar de vulnerável, o país não está sob risco total de sofrer ataques cibernéticos por parte de hackers. 7



Marcos Oliveira/Agência Senado

Novo titular, Alexandre Ramagem Rodrigues é delegado da Polícia Federal



Marcos Rogério, Rodrigo Pacheco e Alessandro Vieira (D) durante votação na Comissão de Constituição e Justiça

Plenário aprova projetos sobre armas em área rural

O Senado aprovou ontem o projeto de lei que permite que residentes em áreas rurais que forem maiores de 21 anos comprem arma de fogo. Também aprovou a proposta que define toda a extensão do imóvel rural como

residência ou domicílio — o que permite ao proprietário ou gerente de uma fazenda andar armado em toda a área da propriedade, e não apenas na sede. Os dois textos seguem para análise da Câmara dos Deputados. 4 e 5

Projeto estende pensão de cônjuge que não trabalha por cuidar de pessoa com deficiência

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto determinando que o cônjuge ou companheiro de segurado da Previdência Social com deficiência

poderá ter direito à ampliação da pensão por morte por mais cinco anos. A proposta segue para a Comissão de Assuntos Econômicos. 5

Debate considera desnecessária graduação em educação física para treinador de futebol

Participantes de debate na Comissão de Assuntos Sociais criticaram a proposta que exige graduação em educação física para o exercício da

atividade de treinador profissional de futebol. Segundo eles, o projeto está na contramão da estrutura de formação dos técnicos, normatizada pela Fifa. 6

Governadores têm que atuar por reforma, diz Davi 5

Comissões abrem prazo para emendas à LDO de 2020 3

MP da Liberdade Econômica recebe apoio em debate 3

PEC que limita pedido de vista vai a Plenário 5

Assentamentos poderão ter energia solar e eólica 8

Emenda de bancada terá execução obrigatória

Foi promulgada ontem a Emenda Constitucional 100, que define que as emendas parlamentares feitas ao Orçamento da União por bancada estadual serão impositivas

O CONGRESSO NACIONAL promulgou ontem uma emenda à Constituição que prevê a execução obrigatória de emendas das bancadas estaduais ao Orçamento da União. Segundo a nova norma (EC 100), a execução dessas emendas parlamentares seguirá as mesmas regras das individuais, que já são impositivas. Um exemplo é a regra de submissão a contingenciamentos para cumprimento de meta de resultado fiscal.

As emendas ao Orçamento são recursos que o Congresso direciona para obras e ações escolhidas pelos deputados e senadores. As emendas de bancada corresponderão a 1% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior. Em 2020, no entanto, esse montante será de 0,8% da receita corrente líquida.

A EC 100 altera os artigos 165 e 166 da Constituição. A emenda é originária da PEC 34/2019. O texto passou pelo Plenário do Senado em abril e foi aprovado em definitivo no início deste mês na Câmara, na forma de um substitutivo do relator no Senado, Esperidião

Amin (PP-SC). Na Câmara, a proposta tramitou como PEC 2/2015.

Deputados e senadores que participaram da cerimônia de promulgação elogiaram a iniciativa. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que o Orçamento é peça fundamental na condução da coisa pública e não pode ser uma mera formalidade ou obra de ficção. De acordo com ele, deve refletir as necessidades das unidades federadas e ser definido em debate aberto e transparente no Parlamento.

Representação

Davi destacou que a emenda não é contra nenhum governo, mas a favor da boa política e da descentralização de recursos, indo ao encontro da proposta “Mais Brasil, menos Brasília”. Para ele, um ministro, por mais qualificado que seja, não tem condições de conhecer as necessidades dos mais de 5 mil municípios brasileiros.

— Há anos lutamos por um maior respeito a decisões do Congresso. Representamos o povo e as unidades da Federação



Davi Alcolumbre (C) mostra a Emenda Constitucional 100, após documento ser assinado em sessão solene

com suas diversidades política e social. Temos contato direto com nossas bases e percebemos as necessidades como mais facilidade [...] Levar recursos para estados e municípios é função legítima de seus representantes políticos. Longa tem sido a luta para que o Orçamento deixe de refletir somente a necessidade do governo central — afirmou.

Ainda na opinião de Davi, a aprovação do texto foi um “gesto gigante do municipalismo do Congresso”, visto que a vida das pessoas acontece nas ruas, nos bairros, nos distritos

e nas cidades.

— A União é um ser distante da vida e do dia a dia da população — acrescentou.

Descentralização

O primeiro subscritor da PEC, deputado Hélio Leite (DEM-PA), lembrou que as cidades, das mais carentes às mais ricas, vão ser beneficiadas com mais verbas para educação, segurança, saúde, cultura, esporte, agricultura, ações sociais e outras áreas.

— Vamos descentralizar os recursos. Vamos dar a cada brasileiro acesso a recursos

que ficam centralizados em Brasília, pelo governo federal.

Relator da PEC 34/2019 no Senado, Esperidião Amin disse que, mais do que nunca, é necessário escolher prioridades, visto que pulverizar recursos é uma maneira de privilegiar o desperdício.

— Vamos dar às bancadas estaduais a responsabilidade de eleger prioridades nos seus estados. Isso significa valorizar a representação. Cada um tem seu direito e responsabilidade de apontar suas emendas, e isso vai ser respeitado pelo Poder Executivo — defendeu.

Texto constitucional recebeu ontem a 100ª emenda, após mais de um ano sem alterações

A promulgação de uma nova emenda constitucional ontem significa um pequeno marco para a Nova República brasileira. A regra que torna obrigatória a execução de parte das rubricas orçamentárias feitas por bancadas parlamentares estaduais (PEC 34/2019) se tornou a emenda de número 100 da Constituição.

A adição de emendas à Constituição promulgada em 1988 não começou de imediato: foram mais de três anos até a promulgação da primeira delas, em março de 1992. Coube a um ex-presidente do Senado, Nelson Carneiro (RJ), ser o autor da primeira modificação no texto constitucional. A Emenda 1 estabeleceu limites para a remuneração de deputados estaduais e vereadores.

O ano de 1992 viu duas emendas entrarem em vigor. Mais duas vieram em 1993. Foi em 1995, porém, que o ritmo se acelerou. Naquele ano, cinco emendas foram promulgadas, todas de autoria do Poder Executivo. O pacote fazia parte do programa de desestatizações promovido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, e incluía a permissão para a concessão dos serviços de telecomunicações e da exploração e refino de petróleo.

Desde então, o único ano sem a promulgação de nenhuma emenda foi 2018. Isso aconteceu porque esteve em

curso, de fevereiro a dezembro, uma intervenção federal no estado do Rio de Janeiro. A Constituição não pode ser emendada durante a vigência de intervenções federais.

O consultor legislativo do Senado João Trindade explicou que o volume de modificações da Constituição no Brasil não está fora de linha com o de outros países no século 20.

— Um efeito colateral de a nossa Constituição falar sobre tudo é que ela precisa ser alterada com mais frequência.

O sistema previdenciário, por exemplo, já foi objeto de três emendas (20, 41 e 47) e o Congresso atualmente debate uma possível quarta emenda. Nem mesmo a emenda inaugural foi poupada: a Emenda 1 foi revogada apenas seis anos depois da sua promulgação, pela Emenda 19, com novas regras para a remuneração de parlamentares.

— O número de emendas é menos importante do que o impacto delas. Muitas alteram questões de natureza muito pontual. Algumas promovem mudanças gigantescas.

Na prática, a Constituição já foi emendada mais de 100 vezes. Isso porque, em 1994, o Congresso promoveu a revisão constitucional, prevista em 1988 no próprio texto da Constituição. A revisão produziu seis emendas que não entram na numeração oficial porque

foram aprovadas em um procedimento diferenciado.

A intenção da revisão foi que, depois de cinco anos de promulgação a Carta, os parla-

mentares voltassem a se reunir num simulacro da Assembleia Nacional Constituinte. Nesse momento, quaisquer alterações consideradas pertinentes poderiam ser feitas pela maioria absoluta dos membros do Congresso, em sessão unicameral (deputados e senadores juntos). Para comparação, as demais emendas constitucionais precisam da aprovação de três quintos dos deputados e dos senadores em

votações específicas da Câmara e do Senado.

O presidente da Assembleia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, explicou, no discurso que fez ao promulgar a Constituição, que, ao nascer já pedindo uma reforma, a Carta Magna admitia que não era perfeita e convidava à divergência. A mudança mais significativa da reforma foi a redução do mandato presidencial de 5 para 4 anos.

Emendas constitucionais

Origem das emendas	
● Câmara dos Deputados - 36	● Senado Federal - 39
● Presidente da República - 25	
Ano	Emendas promulgadas
1992	1 2
1993	3 4
1994	Revisão constitucional 1 2 3 4 5 6
1995	5 6 7 8 9
1996	10 11 12 13 14 15
1997	16 17
1998	18 19 20
1999	21 22 23 24
2000	25 26 27 28 29 30 31
2001	32 33 34 35
2002	36 37 38 39
2003	40 41 42
2004	43 44 45
2005	46 47 48
2006	49 50 51 52 53
2007	54 55 56
2008	57
2009	58 59 60 61 62
2010	63 64 65 66 67
2011	68
2012	69 70 71
2013	72 73 74 75 76
2014	77 78 79 80 81 82 83 84
2015	85 86 87 88 89 90
2016	91 92 93 94 95
2017	96 97 98 99
2018	
2019	100

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Crianças vítimas de violência

9h Entre 34 itens, o PLS 485/2018, que prevê medidas adicionais de proteção à criança e ao adolescente vítimas de violência doméstica e familiar.

CCJ Redução da maioria penal

10h Audiência para discutir a PEC 115/2015, que trata da redução da maioria penal.

CRE O Brasil e a América Latina

10h Após análise de indicações de nomes para ocupar as embaixadas brasileiras em Marrocos e no Paraguai, audiência para discutir temas de interesse do Brasil na Associação Latino-Americana de Integração (Aladi).

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

11h Sessão destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

CJ Ferrovias

11h Audiência para discutir o PLS 261/2018, que estabelece modelo de exploração privada para incentivar a construção de ferrovias.

MOBILIDADE URBANA Gratuidades

15h Audiência para debater gratuidades no transporte de passageiros sob responsabilidade da União. Entre os convidados, estão representantes da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Especialistas apoiam MP da Liberdade Econômica

Participantes de audiência na comissão mista da medida consideraram que o texto protege o livre exercício da atividade econômica e remove insegurança jurídica e obstáculos burocráticos à iniciativa empresarial

AS NORMAS DE proteção ao livre exercício da atividade econômica e a remoção de obstáculos burocráticos à iniciativa empresarial, determinadas pela Medida Provisória 881/2019, receberam elogios dos debatedores ouvidos em audiência na comissão mista que avalia a medida. Os especialistas salientaram o ineditismo de uma MP editada em benefício da pequena e média empresa, destacou o deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), que presidiu o debate.

Para o vice-presidente da Associação Brasileira de Supermercados, Maurício Antonio Ungari, a principal característica da MP é proporcionar liberdade para trabalhar.

— Cada estado e município tem sua cronologia e suas normas para emissão de documentos, e isso abre espaço para subjetivismo — afirmou.

Para o secretário de Desburocratização do Ministério da Economia, Paulo Antonio Uebel, o pequeno empresário é “esmagado” pela burocracia.

— A medida respeita a boa-fé do cidadão, em alinhamento com a Constituição, e aumenta a liberdade contratual, em alinhamento com países desenvolvidos.

Para a diretora da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia), Maria Beatriz Milliet, a MP promove um destravamento que influenciará positivamente toda a cadeia produtiva.

A presidente da Associação



Paulo Uebel e deputado Marco Bertaiolli ouvem José Levi do Amaral

Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), Noemia Aparecida Garcia Porto, manifestou temor de que a conceituação de desvio de finalidade e confusão patrimonial nos termos da MP aumentem a insegurança jurídica.

O diretor do Departamento de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Fernando Boarato Meneguim, prevê benefício ao consumidor com o aumento da concorrência. O diretor jurídico da Federação Brasileira de Bancos (Febrab), Antonio Carlos Negrão, criticou os códigos municipais de defesa do consumidor.

— Município não tem essa competência concorrente. A Constituição também deveria determinar a competência exclusiva da União para editar leis de proteção de dados.

Gerente-adjunta da assessoria jurídica do Sebrae, Larissa Moreira Costa enxerga um “ganho significativo” resultante da presunção da boa-fé.

O professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Rodrigo Xavier Leonardo sugeriu aprimoramentos no texto para impedir desequilíbrios contratuais. O secretário de Fazenda de Araguaína (TO), Fabiano Souza, lamentou que a burocracia prejudique os entes públicos e apontou a insegurança jurídica como geradora de entraves econômicos.

Para o procurador-geral da Fazenda Nacional, José Levi do Amaral Júnior, o objetivo da MP é afirmar e promover direitos fundamentais dos cidadãos, em especial como empreendedores. Segundo o advogado João Accioly, a MP passa a enxergar a pessoa como geradora de riqueza e merecedora de incentivo para ação, permitindo que o povo invista diretamente na economia.

— A medida aprimora todas as etapas da produção. Facilita a constituição das empresas, dá mais liberdade na estipulação das obrigações, simplifica procedimentos para captação de recursos no mercado e traz segurança da segregação patrimonial nos investimentos.

Criptomoedas são seguras, garantem especialistas

As operações envolvendo criptomoedas (moedas virtuais negociadas pela internet) são seguras, disseram ontem participantes de audiência conjunta das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Assuntos Econômicos (CAE). A moeda virtual movimentou US\$ 4 bilhões em todo o mundo.

A presidente da Associação

Brasileira de Criptoconomia, Natália Garcia, citou o bitcoin, criptoativo mais popular:

— Bitcoin é uma commodity digital que pode exercer função de moeda, criada e armazenada digitalmente e limitada a 21 milhões de unidades.

Em resposta ao senador Styvenson Valentim (Podemos-RN) sobre a possibilidade de rastrear o dinheiro, que poderia ser enviado a paraísos fiscais,

o presidente da Associação Brasileira de Criptomoedas e Blockchain, Fernando Furlan, apontou a segurança de transações envolvendo essas moedas.

— Você consegue identificar quem participou das transações, mas tem de dar garantia de privacidade, a não ser que haja suspeita de ilícito. Com a devida autorização judicial, é possível identificar.

Da Receita Federal, Rafael Lima informou que as operações com criptomoedas já são obrigadas a pagar Imposto de Renda. O Brasil responde por 0,05% do mercado de bitcoins mundial, o que corresponde a cerca de US\$ 2 milhões.

Para Styvenson, o mercado das criptomoedas não pode ser totalmente desregulado.

— Liberdade para depois ser prejudicado? Primeiro tem que entender, preservar os bons e punir os ruins.

Comissões permanentes abrem prazo para apresentação de emendas à LDO

As comissões permanentes do Senado abriram ontem prazo para apresentação de emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN 5/2019) para 2020.

As Comissões de Infraestrutura (CI) e de Direitos Humanos (CDH) manterão o prazo aberto até as 18h da sexta-feira. Já as Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT), de Transparência, Fiscalização e Controle (CTFC), de Assuntos Sociais (CAS) e Assuntos Econômicos (CAE) receberão as emendas até as 18h de segunda-feira.

A CI e a CAE já marcaram para a manhã de terça-feira reunião para deliberação so-

bre as emendas apresentadas. A CAS fará sua reunião na quarta-feira.

O parecer preliminar da LDO foi aprovado na terça-feira na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Ficou estabelecido o prazo de até as 18h da quinta-feira da semana que vem para deputados e senadores oferecerem sugestões de mudanças.

Conforme o parecer aprovado, as emendas devem se referir ao texto original do PLN 5/2019, e ao Anexo de Prioridades e Metas, que não constava inicialmente do projeto, mas já foi incluído pelo relator. Não há limite para emendas ao texto principal.

Plenário vai analisar novas funções para o vice-presidente da República

O vice-presidente da República tem a função de substituir o presidente em suas ausências e impedimentos. A Constituição não atribui nenhuma outra tarefa ao ocupante do cargo. Um projeto de lei complementar aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) cria novas atribuições, como a de assessoramento ao presidente. O PLP 21/2019 segue para o Plenário.

A proposta que oficializa as responsabilidades do vice-presidente foi apresentada pelo senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB). Pelo texto, ao vice caberá dar assistência “direta e imediata” na coordenação das ações de governo, no monitoramento dos órgãos, na supervisão dos ministros e nas análises de políticas públicas. Ficará

ainda à disposição do presidente para missões especiais e outras atribuições que vierem a ser designadas.

Veneziano observa que a ausência dessas funções específicas do vice-presidente é uma lacuna no texto constitucional e que nunca houve uma lei complementar para preencher o conteúdo.

O relator, Jorge Kajuru (PSB-GO), acolheu duas emendas. A primeira promoveu ajustes na redação e a segunda, sugerida por Antonio Anastasia (PSDB-MG), eliminou a previsão de participação do vice-presidente no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

A participação nos Conselhos da República e de Defesa Nacional já é garantida na Constituição.

Vanderlan sugere uso da reserva cambial para pagar dívida

A dívida pública é o maior problema a ser enfrentado pela equipe econômica do governo, disse ontem o senador Vanderlan Cardoso (PP-GO), em Plenário. Segundo ele, nos últimos dez anos, só de juros o país pagou quase R\$ 4 bilhões, valor superior ao que pretende economizar com a reforma da Previdência.

O senador sugeriu, como solução para o problema, o uso dos US\$ 400 bilhões em reservas cambiais:

— Não vamos usar toda a reserva. É que vamos parar de remunerar os bancos diariamente, esse juro que se está pagando para os bancos, R\$ 1,3 trilhão, vai para a economia. Esses recursos vão gerar emprego e renda. Aí a roda gira.

STF precisa analisar suspeição de Sergio Moro, diz Humberto

Humberto Costa (PT-PE) disse ontem, em Plenário, que o Supremo Tribunal Federal (STF) precisa analisar o quanto antes o mérito do pedido feito pela defesa do ex-presidente Lula sobre a suspeição do ex-juiz e atual ministro da Justiça, Sergio Moro. Segundo ele, a Corte precisa mostrar que a Operação Lava Jato pode continuar existindo, mas sem contar com o que chamou de “frutos podres” que, segundo ele, podem ameaçá-la futuramente. O senador lembrou que Moro foi citado várias vezes como alguém sobre o qual pairam suspeitas de não ter sido imparcial no julgamento do ex-presidente.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Natália Garcia, senador Vanderlan Cardoso e Fernando Furlan em debate



Rodrigo Pacheco (E) defende da tribuna seu relatório sobre o texto de combate à corrupção em sessão presidida por Davi Alcolumbre (ao centro da mesa)

Plenário aprova projeto das dez medidas de combate à corrupção

Artigos incluídos no texto para combater também o abuso de autoridade por parte da magistratura e do Ministério Público geraram polêmica

O PLENÁRIO APROVOU ontem o projeto de lei de iniciativa popular conhecido como Dez Medidas contra a Corrupção, que inclui a criminalização do abuso de autoridade cometido por magistrados e membros do Ministério Público. Mais cedo, o texto foi aprovado também pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O PLC 27/2017 retorna agora à Câmara dos Deputados para análise de mudanças feitas pelo relator, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Elaborado pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) e apresentado em 2016 com mais de 1,7 milhão de assinaturas de cidadãos, o projeto foi modificado pela Câmara, onde recebeu dispositivos sobre o abuso de autoridade. O relatório de Pacheco traz

dois artigos sobre o tema. Entre as condutas de magistrados que podem ser criminalizadas, estão proferir julgamento mesmo se for impedido por lei específica e atuar com motivação político-partidária. Já para membro do Ministério Público, serão crimes de abuso de autoridade emitir parecer mesmo se alguma lei o impedir e atuar com motivação político-partidária. Para ambos, a pena prevista é de detenção de seis meses a dois anos e multa. Esses artigos dominaram o debate em Plenário. O líder do PSB, Jorge Kajuru (GO), apresentou pedido de destaque para que eles fossem votados à parte dos demais conteúdos. — Julgo equivocado misturar abuso de autoridade, um assunto polêmico, com o projeto das Dez Medidas, que teve amplo apoio

popular — justificou. Kajuru também lembrou que o Senado aprovou, há dois anos, um projeto sobre o tema (PLS 85/2017) que está parado na Câmara. O relator, Rodrigo Pacheco, disse que seu relatório manteve as principais medidas de combate à corrupção da versão original, como penas maiores para crimes contra a administração pública e definição dos delitos de caixa dois e compra e venda de voto. Quanto ao abuso de autoridade, Pacheco garantiu que teve cuidado para que a versão final não fosse um instrumento para inibir o trabalho da Justiça. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, elogiou o trabalho de Pacheco e disse que o relatório final é brilhante. Ele explicou que a votação do projeto foi repetidamente adiada ao lon-

go do mês para que os líderes pudessem buscar um consenso. Os senadores Alvaro Dias (PR), Oriovisto Guimarães (PR) e Lasier Martins (RS), todos do Podemos, defenderam a rejeição do projeto em função do abuso de autoridade. Líder do partido, Alvaro afirmou que o texto estava parado no Senado desde 2017 e foi resgatado no mesmo momento em que a Operação Lava Jato é alvo de questionamentos: — A prioridade da população não é limitar a capacidade de agir de investigadores e julgadores. É o endurecimento da legislação no combate ao crime — disse. O líder do PSL, senador Major Olimpio (SP), relatou que, quando era deputado, foi um dos autores de um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) contestando a tramitação do projeto e as mudanças profundas a que ele foi submetido. Ele disse que o texto contém várias medidas salutares, mas os dispositivos de abuso de autoridade o prejudicam. Jader Barbalho (MDB-PA) observou que juízes e procuradores acusados de abuso serão investigados e julgados pelos seus pares, de modo que não há retaliação no projeto. O líder do PT, Humberto Costa (PE), afirmou que a nova legislação só vai “amedrontar” os maus juízes e procuradores. Ele defendeu a prerrogativa dos parlamentares de modificarem os projetos de lei que analisam, mesmo que eles se originem da iniciativa popular. — Não aceitamos que alguns se digam donos do combate à corrupção. O Congresso Nacional não aceita ser sitiado por essas milícias digitais que resolveram pautar a posição e o voto de cada parlamentar.

Aprovada a posse de armamento em toda a extensão de imóvel rural

O Plenário aprovou o projeto que define toda a extensão do imóvel rural como residência ou domicílio. O PL 3.715/2019 permite ao proprietário ou gerente de uma fazenda andar armado em toda a área da propriedade, e não apenas na sede. A proposta foi aprovada pela manhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e enviada ao Plenário em regime de urgência. Agora, o texto será enviado para a Câmara dos Deputados. De acordo com o autor, senador Marcos Rogério (DEM-RO), o projeto “corrige um equívoco” do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 2016), que autoriza a posse de arma de fogo no interior das residências e no local de trabalho, mas não particulariza a situação dos imóveis rurais. Para o relator da proposta na CCJ, senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), o morador rural, por viver em áreas remotas, não tem a mesma proteção ofertada pelo Estado do que os que moram nos centros urbanos. — O Pará é o campeão em conflitos no campo. Não é com uma arma que, seja o grande ou o pequeno proprietário rural, vai resolver os problemas de segurança — opinou.

proteção dos moradores. O senador Humberto Costa (PT-PE) criticou a forma como o processo foi encaminhado, já que a proposta foi apresentada na terça-feira e levada ao Plenário ontem, por um acordo entre as lideranças. Ele disse que o projeto pedia mais tempo para ser discutido. Os senadores Nelsinho Trad (PSD-MS), Kátia Abreu (PDT-TO) e Major Olimpio (PSL-SP) manifestaram apoio à proposta. — A posse na residência já é permitida pelo Estatuto do Desarmamento, e no trabalho também. Só estamos colocando a coisa mais clara — afirmou Kátia. Para Esperidião Amin (PP-SC), já havia passado da hora de “oxigenar a legislação” com essa alteração. Rodrigo Pacheco (DEM-MG) lembrou que essa era uma luta antiga do deputado Afonso Hamm (PP-RS), autor de proposta semelhante. Na CCJ, Paulo Rocha (PT-PA) anunciou que se absteria da votação. — Por estar mais vulnerável, o morador do campo precisa, não só na sede, mas em qualquer ponto de sua propriedade, de meios para se defender dos inúmeros riscos a que está exposto, como roubo de animais, roubo de máquinas e roubo de safra. Ele pode, ainda, ser atacado num quintal, numa plantação, num curral, num galpão, em qualquer espaço de sua propriedade — disse. Para Eduardo Braga (MDB-AM), o projeto pode ajudar na segurança de populações amazônicas, que vivem longe das cidades. Marcelo Castro (MDB-PI) destacou que, pela legislação, a posse é o direito de ter uma arma em casa. Já o porte é o direito de carregar a arma nos deslocamentos. Para o senador, a arma é necessária nas zonas rurais, para



Alessandro Vieira relatou o projeto, apresentado terça e aprovado ontem

Para Alvaro Dias, Congresso oferece munição a críticas

Alvaro Dias (Podemos-PR) disse ontem em pronunciamento que o próprio Congresso oferece munição para a sociedade ampliar críticas aos parlamentares. O senador fez referência ao projeto das Dez Medidas contra a Corrupção, que na Câmara recebeu artigos sobre a criminalização do abuso de autoridade. — Neste momento, estamos discutindo abuso de autoridade, mas a prioridade do povo do país é o combate à corrupção. É difícil convencer a nação de que nós estamos repercutindo aqui as suas aspirações — criticou.

Kajuru defende retirada de artigos do texto sobre abuso

Antes da aprovação em Plenário, Jorge Kajuru (PSB-GO) defendeu, em pronunciamento, que o próprio Congresso oferece munição para a sociedade ampliar críticas aos parlamentares. O senador fez referência ao projeto das Dez Medidas contra a Corrupção, que na Câmara recebeu artigos sobre a criminalização do abuso de autoridade. — Neste momento, estamos discutindo abuso de autoridade, mas a prioridade do povo do país é o combate à corrupção. É difícil convencer a nação de que nós estamos repercutindo aqui as suas aspirações — criticou.

Maiores de 21 anos que moram no campo poderão ter arma de fogo

O projeto de lei que permite que residentes em áreas rurais, maiores de 21 anos, tenham arma de fogo foi aprovado ontem em Plenário com 38 votos favoráveis, 4 contrários e 2 abstenções. O PLS 224/2017 segue agora para a Câmara dos Deputados. Do ex-senador Wilder Moraes, o projeto estabelece que moradores da zona rural poderão adquirir armas de fogo de uso permitido para utilizar na segurança de sua família e propriedade. A proposta modifica o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 2003) e teve como relator o senador Sérgio Petecão (PSD-AC). O texto aprovado, com emendas de Petecão, impõe condições para os residentes na zona rural conquistarem o direito. Além de serem maiores de 21 anos, os interessados precisarão apresentar documento de identificação pessoal, comprovante de moradia e atestado de bons antecedentes. Essas três exigências já são feitas para quem mora na zona rural e atua como caçador para prover a subsistência de sua família. Mas, nesse caso, o Estatuto do Desarmamento estipula a idade mínima de 25 anos para o caçador de subsistência ter o porte de arma concedido pela Polícia Federal. “Propomos este projeto visando a assegurar aos residentes em áreas rurais o direito de adquirir uma arma de fogo de uso permitido para utilização em suas propriedades, as quais, não raro, encontram-se a centenas de quilômetros de um posto policial, o que coloca inúmeras famílias à mercê do ataque de criminosos ou, até mesmo, de animais silvestres, não assistindo a elas quaisquer meios de defesa de sua vida e

de sua propriedade”, explicou o autor na justificativa do projeto. Apesar de o PLS 224/2017 fixar uma idade menor que a exigida do caçador de subsistência para o morador da zona rural obter a posse da arma, o relator avaliou que essa distinção deve ser mantida. “Como não se trata do porte da arma de fogo, mas de mera possibilidade de aquisição, entendemos que o requisito de idade mínima pode ser reduzido para as pessoas com mais de 21 anos”, argumentou o relator. Recurso Por meio de sua emenda, Petecão tratou apenas de ajustar o texto do Estatuto do Desarmamento para permitir que os residentes em áreas rurais possam conseguir o direito à posse de arma de fogo com menos idade. O projeto foi aprovado no final de 2017 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e seguiria direto para a Câmara. No entanto, houve um recurso para que a matéria fosse apreciada também no Plenário do Senado.



Emenda de Sérgio Petecão alterou a idade mínima de 25 para 21 anos

Câmara desvirtua projeto contra a corrupção, diz Lasier

Lasier Martins (Podemos-RS) defendeu ontem, antes da votação do projeto das Dez Medidas contra a Corrupção, a retirada dos dois artigos sobre abuso de autoridade do texto. Para ele, a Câmara dos Deputados desvirtuou o projeto original de iniciativa popular quando acrescentou os itens que criminalizam o abuso de autoridade. Lasier ressaltou que essa alteração é uma tentativa de intimidar juízes e promotores da Operação Lava Jato. — Esses dois artigos desvirtuam o projeto das dez medidas anticorrupção — afirmou.

Petecão defende direito a arma para morador do campo

Antes do início das votações de ontem no Plenário, o senador Sérgio Petecão (PSD-AC) fez pronunciamento defendendo o PLS 224/2017, do qual foi relator. O projeto, que permite ao morador de área rural comprar arma de fogo para defender a família e a propriedade, foi aprovado em Plenário (leia texto acima). O senador disse que há regiões onde a polícia não chega e a população fica desamparada. No entanto, Petecão não está convencido de que, no caso das cidades, a solução para reduzir a criminalidade seja armar a população. — Quando o cidadão que ganha um salário mínimo vai ter a arma dele? Isso é justo?

Davi pede a governadores participação ativa pela reforma

Seis governadores do Nordeste apresentaram ontem ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, condições para apoiar a reforma da Previdência. Eles defendem uma participação maior de estados e municípios na distribuição de recursos da exploração do petróleo. Estiveram no encontro os governadores Belivaldo Chagas (Sergipe), Camilo Santana (Ceará), João Azevêdo (Paraíba), Renan Filho (Alagoas), Rui Costa (Bahia) e Wellington Dias (Piauí). Eles pedem uma maior participação na distribuição dos recursos do Fundo Social e do bônus de assinatura para exploração do petróleo do pré-sal em áreas cedidas onerosamente pela União. Também querem a aprovação da securitização de dívidas, que é a possibilidade de vender no mercado créditos que tenham a receber, a tributação sobre a distribuição de lucros e dividendos e a recuperação dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). Segundo Wellington Dias, ainda não há acordo para a votação da reforma, mesmo que governos estaduais e prefeituras sejam incluídos no texto enviado pelo Poder

Executivo. A proposta em análise na Câmara deixou de fora os sistemas previdenciários de estados e municípios. O governador Rui Costa disse que o déficit anual da Bahia com a Previdência é de R\$ 5 bilhões. Segundo ele, a economia projetada para o ano que vem com a reforma é de apenas R\$ 47 milhões. — O texto atual da reforma da Previdência é inerte: não traz qualquer benefício para os estados do ponto de vista do equilíbrio fiscal. Nem arranha o déficit previdenciário dos estados — argumentou. Davi Alcolumbre disse que a rediscussão do pacto federativo e a redistribuição de recursos da União com estados e municípios são bandeiras do Senado. Ele deixou claro que essa discussão envolve o empenho dos governadores em favor da reforma da Previdência. — É preciso que os governadores se empenhem para equalizar uma dívida previdenciária que não é só do governo federal. Favorável à inclusão de estados e municípios, Davi Alcolumbre pediu aos governadores uma “participação ativa e constante” para convencer as bancadas na Câmara e no Senado a votar a favor.

PEC que limita pedidos de vista no STF segue para o Plenário

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem proposta que pretende restringir a possibilidade de os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e de outros tribunais tomarem decisões de forma individual. O texto impõe limites a pedidos de vista e liminares no Judiciário. A proposta segue para o Plenário. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 82/2019 determina que pedidos de vista terão duração máxima de quatro meses. Encerrado esse prazo, o processo em revisão será reincluído auto-

maticamente em pauta. Pelo texto, as decisões cautelares monocráticas nos tribunais ficam proibidas nos casos de declaração de inconstitucionalidade ou suspensão de eficácia de lei ou ato normativo. Durante o recesso judiciário ou em situação de urgência e perigo de dano irreparável, o presidente da Corte deverá convocar os demais membros para decidir sobre o pedido de cautelar. De Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), a proposta recebeu parecer favorável, com cinco emendas, do relator, Esperidião Amin (PP-SC).

RÁPIDAS

DUAS PECs PASSAM POR SESSÃO DE DISCUSSÃO
Duas PECs tiveram mais uma sessão de discussão. O texto sobre proteção de dados (PEC 17/2019) cumpriu sua quinta e última discussão em primeiro turno. A PEC que amplia a fatia dos estados no Orçamento (PEC 51/2019) passou pela terceira sessão em primeiro turno.

ADIADA VOTAÇÃO SOBRE CONDENADOS PELA FICHA LIMPA
A proposta de emenda constitucional (PEC 36/2017) que determina a perda imediata de mandato por condenação por crimes que estejam previstos na Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135, de 2010) foi retirada da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Para treinadores de futebol, graduação não é necessária

Exigência de formação em educação física para o exercício da atividade profissional de técnico está prevista em projeto de lei do Senado discutido ontem em audiência na Comissão de Assuntos Sociais

A EXIGÊNCIA DE graduação em educação física para o exercício da atividade de treinador de futebol, prevista no Projeto de Lei do Senado 369/2015, foi contestada ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O texto já foi rejeitado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e caberá à CAS o parecer final.

O presidente da Federação Brasileira de Técnicos de Futebol, Zé Mário, disse estar surpreso de que o assunto tenha voltado ao debate. Ele afirmou que sindicatos do Rio de Janeiro já entraram com ação na Justiça contra a medida, tendo ganhado a causa.

Para o presidente da Confederação Brasileira de Treinadores de Futebol (ABTF), Hermonzilha Cardoso, a medida é equivocada, por estar na contramão da estrutura de formação dos técnicos, normatizada pela Fifa.

— Com a aprovação dessa matéria, nós iríamos coibir os anseios de inúmeras pessoas, inclusive, dos ex-atletas.

Para o técnico Carlos Alberto Parreira, o interessado em se tornar treinador não deve ser obrigado a se graduar, mas agregar qualificações de liderança e de ensino e utilizar método e disciplina no exercício da função.

— Ninguém tem dúvida de



Parreira, Romário e Zé Mário em debate na Comissão de Assuntos Sociais

que a imitação é a melhor forma de ensinar. Com um gesto esportivo bem demonstrado, o garoto aprende na hora. Na divisão de base, é importante que o técnico tenha um pouco de líder, de professor e de técnico — defendeu.

Insegurança

O presidente do Conselho Federal de Educação Física, Jorge Steinhilber, esclareceu que a Lei 8.650, de 1993, que regulamenta as atividades dos técnicos, traz insegurança jurídica, devido ao termo “preferencialmente”. Por isso, segundo ele, a categoria solicitou ao Congresso a elaboração de um projeto de lei para regram o assunto.

Apresentado pelo ex-senador Gladson Cameli, o projeto autoriza o exercício da atividade a quem, até uma eventual

sanção, comprove ao menos seis meses na função, ainda que não tenha formação em educação física. A lei atual [Lei 8.650, de 1993] já prevê uma preferência para a contratação de profissionais com esta formação, mas não a obriga.

O presidente da CAS e autor do requerimento para a audiência pública, Romário (Podemos-RJ), foi o relator na CE e também relata a proposta na CAS, onde já manifestou que apresentará um substitutivo. O senador disse ser importante que os ex-jogadores sejam formados em educação física, mas considera que a ausência do diploma não deve restringir o exercício profissional por eles. Segundo Romário, os ex-atletas têm experiência e conhecimento suficientes, o que geralmente não se obtém no banco das universidades.

Projeto dá isenção por dependente com doença rara

Contribuintes do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) que tenham dependentes com doenças raras poderão gozar de benefícios fiscais. A medida está em projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta (PL 682/2019) recebeu parecer favorável, com uma emenda de redação da relatora, Mara Gabrilli (PSDB-SP). Agora a medida será avaliada pela Comissão de

Assuntos Econômicos (CAE). Apresentado por Flávio Arns (Rede-PR), o projeto pretende garantir ao contribuinte a duplicação do valor do desconto por dependente com doença rara. O projeto ainda dá prioridade na restituição para esses contribuintes.

As doenças raras atingem apenas 65 a cada 100 mil pessoas, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS).

A senadora Juíza Selma

(PSL-MT) apresentou emenda para conceder isenção total para contribuintes com dependentes com doenças raras, mas a relatora decidiu rejeitá-la, com o argumento de que a iniciativa poderia causar um impacto relevante sobre a arrecadação.

Como o texto será examinado pela CAE, Mara observou que a emenda poderá ser mais bem analisada em relação a sua repercussão fiscal.

Avança texto que amplia pensão para cônjuge de deficiente

O cônjuge ou companheiro de segurado da Previdência Social com deficiência poderá ter direito à ampliação da pensão por morte por mais cinco anos. O benefício está previsto em projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O texto (PLS 209/2016) segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta de Romário (Podemos-RJ) recebeu parecer favorável, com emenda do relator, Paulo Paim (PT-RS). O projeto altera a Lei 8.213, de 1991, que determina que a duração do pagamento da pensão por morte do segurado será inversamente proporcional à idade do cônjuge ou companheiro — quanto mais novo o cônjuge, menor será o período de recebimento.

“Os cônjuges ou companheiros de um segurado com deficiência frequentemente abdicam de uma carreira profissional para se dedicar ao trabalho mais importante que pode haver: o de cuidar de um ente querido incapaz de sobreviver sozinho. Não se pode tratar igualmente desiguais: o cônjuge jovem

de um segurado deficiente não pode receber a pensão por morte nas mesmas condições de outros cônjuges da mesma idade, que puderam estar inseridos no sistema educacional e no mercado de trabalho normalmente”, argumenta Romário.

Cuidados

O autor da proposta ressaltou que a mudança sugerida só se aplica aos cônjuges afastados do mercado do trabalho para cuidar do parceiro com deficiência.

Paim assinalou que os recursos para cobrir as despesas já estão contidas nas fontes de custeio geral da Previdência.

“O custo pessoal de se dedicar de forma integral (ou quase integral) ao cuidado de pessoa com necessidade de cuidados permanentes é uma realidade. Esse custo recai, na grande maioria das vezes, sobre as mulheres, dada a realidade da divisão social do trabalho que atribui a elas, a maior parte desse tipo de responsabilidade doméstica e familiar”, observa o senador em seu relatório.

Mobilidade e acessibilidade podem ser direitos fundamentais

A mobilidade e a acessibilidade podem ser incluídas entre os direitos e garantias fundamentais da Constituição. É o que prevê a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 19/2014, que acrescenta os dois termos ao artigo 5º, dos direitos e deveres individuais e coletivos. O texto vai ao Plenário.

A PEC, de Paulo Paim (PT-RS), pretendia acrescentar as citações ao caput do artigo, mas emenda sugerida por Antonio Anastasia (PSDB-MG) e acatada pelo relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), as posicionou entre os mais de 70 incisos, ambiente mais adequado para detalhar propósitos

específicos, como explicou o relator. O caput, o enunciado do artigo, deve ser e permanecer genérico, disse.

De acordo com Paim, embora a lei e os tratados internacionais deixem implícito o direito de locomoção, não há no texto constitucional uma menção explícita ao direito de mobilidade e acessibilidade para a realização “de atividades corriqueiras como ir de casa ao trabalho, do trabalho para a faculdade, de lá para hospitais e centros de lazer com agilidade e usando a devida infraestrutura”.

Randolfe concordou que os direitos merecem ser expressamente protegidos pela Constituição.

Mesa do Senado Federal

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

Secretaria de Comunicação Social

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Indicação de Alexandre Ramagem a diretor-geral da Abin é aprovada

Antes da aprovação em Plenário, o delegado da Polícia Federal disse, em sabatina na Comissão de Relações Exteriores, que o Brasil é vulnerável a ataques cibernéticos, mas não está sob risco total

O SENADO APROVOU ontem o nome do delegado da Polícia Federal Alexandre Ramagem para diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Ele atuou em áreas administrativas e policiais da Abin e integrou a equipe de investigação da Operação Lava Jato. A indicação da Presidência da República foi aprovada por 64 votos a 3.

Pela manhã, o delegado foi sabatinado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Senadores sugeriram que o órgão desenvolva ações para impedir que conversas privadas de autoridades nacionais sejam interceptadas e divulgadas.

Para o presidente da CRE, Nelsinho Trad (PSD-MS), a

Abin precisa prevenir “interceptações criminosas” de mensagens privadas e até confidenciais de autoridades, referindo-se às supostas mensagens trocadas pelo então juiz Sergio Moro quando atuou na Lava Jato, que vêm sendo divulgadas por meios de comunicação.

O senador Jaques Wagner (PT-BA) ressaltou que ainda não se sabe se o conteúdo divulgado pelo site The Intercept Brasil é fruto de hackeamento ou outro tipo de vazamento de informações. Ele lembrou que o WikiLeaks divulgou em 2013 documentos do governo norte-americano, que espionou telefones e e-mails da ex-presidente Dilma Rousseff, de vários ministros e diretores de



Nome de Ramagem foi aprovado em reunião dirigida por Nelsinho Trad

órgãos e empresas do governo, como o Banco Central e a Petrobras. Ramagem admitiu que o Brasil encontra-se atrasado na prevenção a ataques cibernéticos.

— Precisamos caminhar muito para que haja obstrução contra a inteligência adversa. Não temos os investimentos que grandes potências

dispõem para a inteligência, mas não estamos sob total risco.

Eficiência

Em Plenário, a indicação foi elogiada por vários senadores. Nelsinho Trad disse considerar que o delegado é a pessoa certa para dirigir a agência. O relator da indicação, Antonio Anastasia (PSDB-MG), destacou a eficiência de Ramagem e sua experiência na Polícia Federal.

O senador Telmário Mota (Pros-RR) afirmou que a agência precisa ser reestruturada. Mecias de Jesus (PRB-RR) destacou a competência e a capacidade intelectual do delegado. Kátia Abreu (PDT-TO) também elogiou a indicação e disse acreditar na lisura do delegado para que a Abin cumpra sua real função.

— Eu acredito na lisura e na isenção do senhor Alexandre para se ocupar especificamente dos problemas que são de responsabilidade da Abin, e não usar a Abin para bisbilhotar e fazer perseguição de qualquer espécie, inclusive política — disse a senadora.

Confúcio Moura pede valorização de catadores

Confúcio Moura (MDB-RO) conclamou ontem, em Plenário, prefeitos e autoridades a apoiarem catadores de material reciclável. Ele destacou que esses profissionais são muito importantes para as cidades e deveriam ser chamados de agentes ambientais. O senador disse ter encontrado participantes de cooperativas em Rolim de Moura e Ariquemes, em Rondônia, e ressaltou que os catadores recebem, por mês, entre R\$ 300 e R\$ 600. Somente alguns conseguem somar valor correspondente a um salário mínimo, disse.



Valdemir Bonetto/Agência Senado

Paim defende isenção para produto reciclado

Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem que produtos feitos de material reciclado sejam isentos de impostos. O senador propôs o desarquivamento da PEC 1/2012, que trata do assunto.

Na visão dele, essa medida incentiva o trabalho de reciclagem e valoriza os profissionais catadores de lixo e recicladores.

— A reciclagem salva vidas, é importante para a saúde e para o meio ambiente, além de gerar empregos. Por isso, não é justo que custe mais caro que aquele que não é reciclado.



Valdemir Bonetto/Agência Senado

Delegado promete apurar tráfico em aviação da FAB

Na sabatina, Alexandre Ramagem afirmou que o órgão deve colaborar com as investigações acerca da prisão de um militar da Aeronáutica em Sevilha, na Espanha, com 39 quilos de cocaína em avião da Força Aérea Brasileira (FAB). Ele considerou o episódio “um absurdo e grave desvio de função, que será punido com os rigores da lei”.

Ramagem fez o comentário em resposta ao senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), que destacou a relevância do setor de inteligência para o

governo brasileiro, inclusive para prevenir casos como o imbróglie envolvendo a prisão do militar pela Guarda Civil Espanhola depois de deixar o avião reserva da Presidência da República. O senador chamou o incidente de “surreal” e qualificou a conduta como “criminoso”.

— Dá vontade de usar palavras bem baixas para uma pessoa que faz uma coisa dessas, acreditando que não vai ser pega. Olha a relevância de se ter informações para prevenir coisas desse tipo. É um criminoso, e bandido bom é

aquele que a gente conhece deitado, enterrado. É difícil até tentar tipificar a conduta desse bandido. Se seria “apenas” um traficante de drogas utilizando um avião da Presidência da República, ou se tem intenções de criar mais um problema contra o atual governo. É inaceitável, chega a tirar do controle a vontade que vem à cabeça quando nos deparamos com algo desse tipo. Bom, o vagabundo já está detido em Sevilha e o governo vai colaborar de todas as formas para elucidar o caso.

Projeto estipula royalties por lançamentos de foguetes

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o projeto que institui compensação financeira para estados e municípios em função da exploração comercial de áreas de lançamentos de foguetes e veículos espaciais em seus territórios.

A proposta (PL 1.951/2019) é do senador Weverton (PDT-MA) e pretende, na prática, direcionar recursos da exploração comercial da Base de Alcântara (MA) para os entes federativos e instituições educacionais, implementando os “royalties do foguete”.

Essa compensação financeira deverá ser paga pelas empresas do setor para suprir eventual impacto social gerado pelo funcionamento

dessas bases aeroespaciais sobre a população local. A estratégia deverá ser similar à do pagamento de royalties pela exploração de recursos naturais, como petróleo e gás.

Os “royalties do foguete” corresponderão a 15% do lucro decorrente da exploração comercial das áreas de lançamento. O PL 1.951/2019 determina à União a partilha desses recursos nos seguintes percentuais: 40% aos estados, 40% aos municípios, 10% às universidades estaduais e 10% às fundações estaduais de amparo à pesquisa.

A relatora na CCJ foi a senadora Kátia Abreu (PDT-TO). O projeto segue para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Colegiado aprova MP dos tributos de passagens

Foi aprovada ontem na comissão mista a medida provisória que dispensa os órgãos públicos federais de reter na fonte os tributos que incidem sobre as passagens compradas diretamente das companhias aéreas por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), o cartão corporativo.

A MP 877/2019 será agora analisada pela Câmara e pelo Senado na forma de projeto de lei de conversão (PLV 16/2019) do relator, senador Elmano

Ferrer (Podemos-PI).

A dispensa de retenção não significa isenção, o pagamento apenas não será antecipado aos cofres públicos. Os tributos que incidem sobre as passagens são o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição para o PIS/Pasep. Juntos, representam 7,05% do valor das passagens. A regra geral no

serviço público é a retenção dos quatro tributos na aquisição de bens ou serviços.

A Lei 13.043, de 2014, dispensou até 2017 o recolhimento antecipado para a compra diretamente das companhias aéreas, sem intermediação de agência de turismo.

Uma das emendas feitas à MP prevê divulgação simultânea de dados sobre a aquisição de passagens aéreas no site do ente público que a tiver comprado e no Portal da Transparência.

Instalada comissão sobre parceria de investimentos

A comissão mista sobre a medida provisória que altera o funcionamento do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) foi instalada ontem. Na primeira reunião da comissão que analisará a MP 882/2019,

foi realizada a eleição do presidente e do relator, cargos ocupados pelo deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL) e senador Wellington Fagundes (PL-MT), respectivamente.

Também foi aprovado o pla-

no de trabalho, que prevê duas audiências para julho. A primeira para ouvir o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, e a segunda para analisar formas alternativas de organização institucional.

Especialistas pedem energia eólica em assentamentos

Instalação de parques solares em unidades de produção agrícola foi outra demanda apresentada pelos participantes de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

GOVERNO, PEQUENOS PRODUTORES rurais e empresários defenderam ontem a aprovação de um projeto de lei do ex-senador Agripino Maia, que prevê a instalação de parques eólicos e solares para a produção de energia elétrica em assentamentos da reforma agrária. Eles participaram de debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), dirigido pela presidente da comissão, senadora Soraya Thronicke (PSL-MS).

O PLS 384/2016 prevê a produção de energia de forma complementar às atividades agrossilvipastoris ou extrativistas desenvolvidas no imóvel rural. A autorização do Incra só pode ser concedida se a exploração dos recursos para a geração de energia envolver mais de 30% da área do imóvel.

O representante do Incra,

Doumar das Mercês, defendeu a exploração do potencial energético dos imóveis. Os recursos oriundos dos projetos solares e eólicos, afirmou, “não irão para o Incra ou para os assentados, mas sim para o Tesouro”.

Jean Paul Prates (PT-RN), autor do requerimento para a audiência, corrigiu a informação. Segundo ele, o projeto reconhece como direito dos beneficiários da reforma agrária “a participação no resultado da exploração de recursos para fins de geração de energia elétrica”. O valor será revertido em benefício do desenvolvimento socioeconômico e da sustentabilidade ambiental do assentamento.

O representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Juraci Souto, classificou o projeto como “uma grande oportuni-

dade” para conter o êxodo rural. Ele criticou, porém, o uso de 30% da área dos imóveis para a exploração de energia elétrica.

A representante da Associação Brasileira de Energia Eólica, Elbia Gannoum, afirmou que o Brasil tem “o melhor vento do mundo” para a produção eólica. Segundo ela, é possível associar a geração de energia com outras atividades.

Para o representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, Rodrigo Sauer, a energia renovável está mais barata e pode beneficiar propriedades rurais.

— É mais barato para o produtor rural gerar energia com fonte solar ou eólica que instalar um gerador a diesel. Sistemas fotovoltaicos são usados para irrigação, bombeamento de água, piscicultura, resfriamento de processos produtivos, iluminação. São inúmeros benefícios dessa tecnologia no campo — afirmou.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, a fonte eólica responde por 9,1% da capacidade instalada, enquanto a solar arca com 1,3%. O texto foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente em 2017 e aguarda votação do relatório de Wellington Fagundes (PL-MT), na CRA.



Relator da PEC do Fundeb, Flávio Arns (C) comanda audiência na comissão

Debatedores defendem nova repartição de recursos do Fundeb

Os critérios de distribuição dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) foram questionados ontem pelos participantes da audiência pública promovida pela Comissão de Educação (CE). Eles também apontaram a necessidade de aprimoramento da arrecadação do novo Fundeb. A vigência do fundo atual expira em dezembro de 2020.

O coordenador de Estudos e Pesquisas em Educação do Ipea, Herton Araújo, apontou uma injustiça fiscal no Fundeb:

— Se o município é muito rico em IPTU, ISS e ITBI, o Fundeb olha para ele só pelo lado das transferências. Se ele não é muito rico em termos de transferências, vai ser considerado pobre, apesar de ser rico.

Atualmente oito estados do Nordeste e dois do Norte não conseguem arrecadar o suficiente para alcançar o valor

mínimo nacional por aluno.

O secretário-executivo da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Gilberto Perre, também questionou os critérios de repasse do Fundo de Participação dos Municípios e do ICMS por privilegiar quem já tem maior arrecadação e causar distorções.

— É provável que os prefeitos de médias e grandes cidades ofereçam muita resistência à inclusão do IPTU e do ISS na cesta de tributos do Fundeb — acrescentou.

Relator da PEC 65/2019, que torna o fundo permanente, o senador Flávio Arns (Rede-PR) lembrou que as propostas não incluem tributos municipais.

— Mantemos a mesma cesta de impostos. Estamos somente discutindo a necessidade de aumentar a participação da União, como sugerem os governadores, de R\$ 15 bilhões para R\$ 60 bilhões.

Bolsonaro sanciona com vetos Lei das Agências Reguladoras

Foi publicada ontem no *Diário Oficial da União* a Lei 13.848, que institui novo marco legal das agências reguladoras. Entre outros assuntos, a norma atualiza regras de gestão e dispõe sobre a indicação de dirigentes. Também cria requisitos técnicos a serem cumpridos por todos os indicados aos conselhos diretores.

O novo marco legal é resultado do PLS 52/2013, aprovado pelo Senado em maio. Pela lei sancionada, o controle externo das agências reguladoras caberá ao Congresso Nacional,

com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU).

O presidente Jair Bolsonaro, no entanto, vetou trechos, entre eles o que instituiu lista tríplice para seleção de integrantes das agências. Segundo o governo, a medida restringia “a competência constitucionalmente conferida ao chefe do Poder Executivo”. Outro ponto vetado foi a previsão do comparecimento anual obrigatório de diretores de agências ao Senado para prestação de contas.

Com Agência Brasil



Entre Lívio Teixeira e Doumar das Mercês, Soraya dirige debate na CRA

Petrobras não determina preço, diz ANP

Mais de um ano depois da greve dos caminhoneiros pela redução dos valores dos combustíveis, a crise em torno da política de preços praticada pela Petrobras continua. Críticos afirmam que o aumento do preço é resultado da política da estatal, que segue a lógica do mercado internacional. O assunto foi tema de debate ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP),

Décio Oddone, disse que o preço dos combustíveis não depende apenas da Petrobras:

— O preço final, na bomba, é composto do valor do combustível, das margens de distribuição e revenda e dos impostos. Se a gente não olhar essa cadeia de forma integrada, a gente não vai conseguir entender como os preços são formados e sua variação até chegar ao consumidor.

O senador Jean Paul Prates (PT-RN) criticou a política de

preços, que poderia, segundo ele, comprometer a autossuficiência do país na produção de petróleo.

— O problema do combustível cresceu porque o governo anterior e o atual abraçaram uma política de paridade completa, em tempo real e em dólar, ao preço internacional num país autossuficiente em petróleo. Ou seja, jogaram fora cinco décadas de luta para conquistar essa autossuficiência — lamentou.

Zenaide pede campanha de prevenção da dengue

Zenaide Maia (Pros-RN) pediu ontem ao governo que invista em propaganda de conscientização para prevenir a proliferação da dengue.

A senadora disse que mais de 50% dos focos estão nas residências e é por isso que se faz necessário chamar a atenção.

— Não é possível que a gente continue vendo pessoas morrerem de morte evitável, por dengue. Já há milhares de doenças de que a gente não sabe a etiologia, não tem como se defender.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Izalci defende bolsa de graduação para monitor

Izalci Lucas (PSDB-DF) defendeu ontem projeto de lei de sua autoria que oferece bolsa de estudo integral ou parcial, em faculdades privadas, para estudantes de graduação. Ele explicou que o beneficiado retribuirá à sociedade por meio do trabalho como monitor nas redes públicas de ensino ou em órgãos públicos. Segundo o senador, o projeto traz mais avanços do que os programas de financiamento estudantil, porque minimiza a chance de inadimplência.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Agricultor precisa do título da terra, afirma Renilde

Renilde Bulhões (Pros-AL) pediu ontem mais atenção para a agricultura familiar. Ela defendeu maior autonomia para os produtores rurais.

Segundo a senadora, um dos maiores desafios do setor é a titulação das terras, essencial para o acesso a crédito, assistência técnica e capacitação.

— A agricultura familiar é instrumento para a erradicação da pobreza no campo. Também é causa de fixação do homem no meio rural.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Reguffe apresenta projeto para tratamento de câncer

Reguffe (sem partido-DF) apresentou ontem, em Plenário, projeto que reduz o prazo para o início do tratamento do câncer, de 60 para 45 dias após o diagnóstico da doença por meio de laudo patológico ou exame de imagem. Ele explicou que a proposta surgiu de sugestão de associações que dão suporte a pacientes com câncer. O senador lembrou que o início mais rápido do tratamento é importante para curar as pessoas com a doença.



Waldemir Barreto/Agência Senado